

Discussão sobre a Educação Especial em cursos de Licenciatura da área de Ciências da Natureza em Goiás**Discussion about Special Education in Nature Sciences Degree courses in Goiás**Fernanda Welter Adams¹**Resumo:**

A Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, diante disso, discutir a temática na formação de professores é fundamental para a garantia do processo de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial (PAEE). Este trabalho objetiva analisar como a Educação Especial vem sendo abordada em cursos de licenciatura em Ciências da Natureza no Estado de Goiás. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida em quatro Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás, contemplando nove cursos da área de Ciências da Natureza e cento e trinta e três licenciandos. Foram realizados questionários e entrevistas, além da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso. Organizou-se os dados em categorias a partir da Análise Textual Discursiva. Todos os cursos investigados possuem a disciplina Libras, que é uma garantia legal, três possuem disciplinas específicas para abordar a temática. Além disso, a maioria dos licenciandos afirmou que essa discussão ocorreu nas disciplinas do núcleo pedagógico oferecidas pelo curso. Observa-se que ainda pouco se discute sobre Educação Especial nos cursos da área de Ciências da Natureza no Estado de Goiás, sendo necessário que a reflexão seja ampliada, garantindo que os licenciandos superem a visão de senso comum de que os alunos PAEE não aprendem.

Palavras-chave: Área da Ciências da Natureza; Educação Especial; Formação de professores; Disciplinas.

Abstract:

Special Education should preferably be offered in the regular school system. Discussing the theme in teacher training is essential to guarantee the teaching and learning process of students target audience of special education (PAEE). This work aims to analyze how Special Education has been discussed in degree courses in natural sciences in the State of Goiás. It is a qualitative research, developed in four Public Institutions of Higher Education in the State of Goiás, covering nine courses from area of Natural Sciences and one hundred and thirty-three undergraduates. Questionnaires and interviews were carried out, in addition to the analysis of the Pedagogical Course Projects. Data were organized into categories based on Discursive Textual Analysis. All investigated courses have the Libras discipline, which is a legal guarantee, three have specific disciplines to address the theme. In addition, most undergraduates stated that this discussion took place in the disciplines of the pedagogical core offered by the course. It is observed that there is still little discussion about Special Education in courses in the area of Natural Sciences in the State of Goiás, and it is necessary that reflection is broadened, ensuring that undergraduates overcome the common sense view that PAEE students do not learn

Keywords: Natural Sciences; Special Education; Teacher training; Disciplines.

¹ Doutoranda em Ensino, História e Filosofia da Ciência pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Educação, Especialista em Educação Especial e Licencianda em Química e Pedagogia. E-mail: adamsfernanda@gmail.com

Introdução

A escola tem papel fundamental no processo de humanização dos sujeitos, pois é nesse espaço que todos os alunos terão a oportunidade de se apropriarem do conhecimento historicamente construído pelo homem. Desta forma, todos os sujeitos devem ser incluídos no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a educação é um direito fundamental, que deve ser garantido a todos e a todas, sem qualquer distinção, e de modo a promover a cidadania e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e orientação afetivo-sexual, e às pessoas com deficiências (ADAMS, 2018).

Assim, apresentamos a Educação Especial que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, atualizações de 2019 (BRASIL, 2019, p. 39), é definida como a “modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos público alvo da educação especial”, sendo que esse público se refere aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, conforme definido na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2008 (BRASIL, 2008).

A Educação Especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, ou seja, a legislação assegura o acesso e a permanência de alunos público alvo da educação especial (PAEE) em todos os níveis e etapas da educação, como afirmam diversos documentos legais relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, tais como: a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

No processo de inclusão dos alunos PAEE damos destaque ao professor, o responsável por garantir o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Corroborando, Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 528) destacam que:

O professor é considerado um ator de suma importância no contexto escolar e no processo de ensino e da aprendizagem, pois está em contato direto com essa criança, constituindo-se do meio de transmissão do conhecimento, além de ser o facilitador no processo ensino e aprendizagem.

Desse modo, é de fundamental importância garantir a discussão sobre a temática na formação de professores de forma a prepará-los para partir das especificidades dos alunos PAEE para que possam garantir-lhes os processos de ensino e de aprendizagem de qualidade. Baptistone *et al.*; (2017) destacam que, em se tratando de alunos PAEE, o professor precisa ter

formação adequada, aprendendo a respeitar as diferenças e a valorizar as diversidades dos mesmos de maneira a promover o aprendizado de todos os estudantes, em especial, daqueles que possuem uma deficiência.

Discutir sobre a temática na formação de professores permitirá que os futuros profissionais, ao estarem em sala de aula, possam reconhecer que os alunos PAEE possuem potencialidades e que se essas forem levadas em consideração em suas práticas, esses estudantes serão capazes de se desenvolver. Nesse sentido, Sampaio e Abreu (2020, p.77) afirmam que um “contexto escolar de inclusão ocorre quando as potencialidades da criança com deficiência são consideradas como ponto de partida para as ações pedagógicas em vez de pautar-se em suas limitações”. Corroborando, Adams (2020a, p. 3) afirma que:

A pessoa com deficiência, seja qual for e em que nível de comprometimento se apresenta, tal como todas as demais, deve ter oportunidades de se apropriar daquilo que está no plano social, público, levando à sua esfera ou ao seu domínio particular, privado, não só o que se refere aos valores e saberes do convívio cotidiano, mas também o que se refere aos conteúdos científicos; isso é possível a partir do momento em que as potencialidades dessa pessoa são levadas em consideração.

Para garantir o aprendizado dos alunos PAEE o professor deve vivenciar a discussão sobre a temática em sua formação, uma vez que a mesma pode influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito da sala de aula. Essa formação será a base de seu desempenho e a preparação para situações que poderão advir em seu cotidiano (CARVALHO-FREITAS *et al.*, 2015). Destacamos que essa vivência se dará por meio da obrigatoriedade de disciplinas específicas que abordem a temática, bem como do contato com os alunos por meio do estágio.

Tavares, Santos e Freitas (2016) destacam que os currículos de formação docente devem conter disciplinas específicas para discutir sobre a temática da inclusão, mas também que ela precisa ser abordada de forma transversal em várias outras disciplinas dos cursos de formação, para que, assim, a inclusão possa se tornar um assunto cada vez mais natural nos cursos de graduação.

Adams (2020b) explica que as legislações já apontam sugestões sobre como essa formação deve ocorrer, todavia, é preciso ir além das sugestões e garantir, por meio da obrigatoriedade, uma formação inicial e continuada dos professores para atuarem com os alunos público alvo da educação especial. Segundo Ferreira (2006), Benite *et al.*; (2009) e Pereira (2019), a comunidade acadêmica vem discutindo a melhor maneira de formar os professores para a diversidade. Assim, a mudança na perspectiva da educação e da configuração das salas de aula acarreta também mudanças no perfil do professor que deve estar nesse ambiente.

Adams (2020b) destaca, ainda, que a discussão sobre a temática nos cursos de licenciatura da área de Ciências da Natureza (Ciências Biológicas, Física e Química) se iniciou apenas com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que garante a obrigatoriedade da disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os cursos de licenciatura, mas que a maioria dos cursos não possui outras disciplinas além da Libras para refletir sobre a temática.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar como a Educação Especial vem sendo discutida em cursos de licenciatura da área de Ciências da Natureza no Estado de Goiás.

1. Metodologia

O artigo em questão refere-se a um recorte de uma pesquisa de mestrado, que parte de uma pesquisa qualitativa. Martins (2004) afirma que esse tipo de pesquisa é importante porque permite coletar evidências a respeito do tema abordado de maneira criadora e intuitiva, visto que há uma proximidade entre pesquisador e pesquisado, possibilitando a compreensão de crenças, tradições, em um máximo entrelaçar com o objeto em estudo.

A pesquisa foi realizada em quatro Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado de Goiás, quais sejam: Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, atual Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Instituto Federal Goiano (Goiano) e Instituto Federal de Goiás (IFG), destacamos que a opção por essas Instituições se deu por elas serem as que possuíam o maior número de cursos de licenciatura da área de Ciências da Natureza (Ciências Biológicas, Física e Química). Investigamos nove cursos de licenciatura. Foram sujeitos da pesquisa licenciandos do último ano de graduação.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), questionários e entrevistas por acreditarmos que a partir deles um número maior de licenciandos seria alcançado e que seria possível uma boa explanação das ideias dos mesmos sobre sua formação na perspectiva da Educação Especial (ADAMS, 2020b). Destacamos que antes da aplicação dos instrumentos de coleta de dados os objetivos da pesquisa foram apresentados aos alunos e eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) concordando em participar da pesquisa, que foi aprovada pelo Comitê de Ética através do parecer consubstanciado número: 1.624.529.

Os questionários possuíam 23 questões, em sua maioria fechadas, e foram aplicados pessoalmente a 133 licenciandos dos dois últimos períodos dos nove cursos da área de Ciências da Natureza em que a pesquisa foi desenvolvida. A escolha por esses períodos se deu devido

aos licenciandos terem cursado a maior parte da carga horária destinada às disciplinas pedagógicas, contribuindo mais efetivamente com os objetivos do trabalho. Com relação à elaboração dos questionários, Hair *et al.*; (2005) recomendam que inicialmente sejam apresentadas perguntas que estabeleçam um contato inicial com o respondente, e, na sequência, que sejam propostas as questões relacionadas ao tópico da pesquisa. Ressaltamos que as recomendações citadas foram seguidas pela pesquisadora e que as questões elaboradas partiram dos objetivos, tanto geral quanto específicos, da pesquisa e dos conhecimentos prévios da pesquisadora em relação ao tema em estudo (ADAMS, 2020b).

Para cada um dos cursos investigados os licenciandos que responderam ao questionário indicaram dois participantes para a realização da entrevista, dessa forma, realizamos 19 entrevistas que tiveram o objetivo de explorar a concepção dos licenciandos sobre a Educação Especial e como a discussão sobre a temática ocorre nos cursos. As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas com base nas normas elaboradas por Marcuschi (1986), bem como os questionários foram tabulados e organizados em gráficos, com auxílio do programa computacional Excel.

Para garantir o anonimato dos participantes códigos foram criados para a sua identificação, a seleção obedeceu aos seguintes critérios: adotamos a letra L para os licenciandos seguida dos números “1”, “2”, e para determinar a sequência optamos por utilizar a ordem alfabética dos cursos da área de Ciências da Natureza (Ciências Biológicas, Física e Química), ficando os códigos L1 a L19 para os licenciandos.

Após o movimento de tabulação de todos os dados, iniciamos o processo de apropriação das informações. Para tanto, foi realizada uma leitura sistematizada, tendo em vista a Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007). Segundo Adams (2020a, p. 7):

Os dados da pesquisa, quais sejam, os discursos dos participantes, foram lidos de forma cuidadosa e organizados em unidades de análises, ou seja, os dados foram interpretados e isolados em ideias de sentidos sobre a temática, em seguida, realizou-se o processo de categorização, em que os dados foram agrupados através de sua similaridade, e para finalizar elaborou-se os metatextos, em que foram criados argumentos a partir da interpretação dos dados e do referencial teórico.

Dessa forma, os dados da pesquisa (quais sejam: os discursos dos participantes, a análise dos PPC dos cursos e os dados dos questionários) foram lidos de forma cuidadosa e organizados em unidades de análises, ou seja, os dados foram interpretados e isolados em ideias de sentidos sobre a temática, em seguida, realizamos o processo de categorização, em que os dados foram agrupados através de sua similaridade, e para finalizar elaboramos os metatextos, em que foram

criados argumentos a partir da interpretação dos dados oriundos da interligação dos três instrumentos de coleta de dados e do referencial teórico. Esse cruzamento deu mais significado às discussões realizadas na categoria a ser apresentada.

Esse processo permitiu a elaboração de dez categorias que são discutidas na dissertação de mestrado. Neste trabalho optamos por apresentar a categoria denominada “Só Libras mesmo”: a discussão da Educação Especial na formação inicial de professores da área de Ciências da Natureza, destacamos a relevância dessa categoria, pois através dela foi possível analisar como a Educação Especial vem sendo discutida em cursos de licenciatura da área de Ciências da Natureza do Estado de Goiás.

3. “Só Libras mesmo”: a discussão da Educação Especial na formação inicial de professores da área de Ciências da Natureza

O direito de acesso à educação é garantido por lei ao aluno PAEE, e observamos um aumento no número de matrículas desses alunos na escola. Dados do Censo Escolar de 2018, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam um aumento de 33,2% no número de matrículas dos estudantes com necessidades especiais no período entre 2014 e 2018, ou seja, são 1,2 milhão de alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento matriculados na Educação Básica.

A partir da presença do aluno na escola é fundamental que o professor seja preparado, em sua formação inicial e continuada, para promover o processo de ensino e aprendizagem do mesmo. Rossin-Pinola e Del Prete (2014) destacam que quando se trata da prática inclusiva nas escolas, a formação e a atuação docentes devem ser entendidas como cruciais para se pensar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Adams (2020a) afirma que o acesso ao conhecimento deve ser garantido a todos os alunos, incluindo os alunos PAEE, e o professor deve deixar de olhar para a dificuldade desses alunos e observar as suas potencialidades para fazer uso delas e promover o desenvolvimento dos mesmos.

Para garantir essa prática inclusiva os professores devem ser preparados por meio da discussão sobre a temática em sua formação inicial. A seguir, apresentamos no Quadro 1, por meio da análise dos PPC dos cursos, as disciplinas específicas que discutem a temática nos cursos da área de Ciências da Natureza que fazem parte desta pesquisa. Para tanto, todos os nomes e as ementas de todas as disciplinas presentes nos PPC dos cursos foram lidos,

observando-se a presença do termo Educação Especial, Educação Inclusiva, Deficiência, entre outros relacionados à temática, selecionando aquelas que o citavam.

QUADRO 1 – Relação das disciplinas que abordam a Educação Especial nos cursos da área de Ciências da Natureza

| Instituição/Curso | Disciplina | CH Total | Período | Natureza da disciplina ² |
|--------------------------------|--|----------|------------------|-------------------------------------|
| UFCAT – Ciências Biológicas | Libras | 64 horas | 7º | Obrigatória |
| UEG - Ciências Biológicas | Libras | 60 Horas | 4º | Núcleo modalidade |
| | Educação para a Diversidade | 60 Horas | 4º | Núcleo específico |
| IFGoiano - Ciências Biológicas | Libras | 34 Horas | 3º | Obrigatória |
| UFCAT - Física | Libras | 64 Horas | 7º | Obrigatória |
| UEG - Física | Libras | 60 Horas | 7º | Núcleo modalidade |
| IFG- Física | Libras | 54 Horas | 2º | Obrigatória |
| UFCAT - Química | Libras | 64 Horas | 6º | Obrigatória |
| | Educação Inclusiva | 64 Horas | 8º | Obrigatória |
| UEG - Química | Libras | 60 Horas | 6º | Núcleo modalidade |
| IFGoiano- Química | Libras | 34 Horas | 1º | Obrigatória |
| | Oficina de Prática pedagógica de Química Orgânica | 68 Horas | 7º | Obrigatória |
| | Educação para a inclusão, diversidade e cidadania. | 34 horas | Qualquer período | Optativa |

Fonte: [o autor, 2023].

Identificamos que todos os nove cursos possuem a disciplina Libras, que é uma obrigatoriedade garantida pelo Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002,

² A Universidade Estadual de Goiás possui algumas especificidades com relação à natureza das disciplinas; ela apresenta o núcleo de formação dos conteúdos divididos em Núcleo Específico, que é dividido em formação pedagógica docente e a formação dos conteúdos científicos. Núcleo comum, que abrange as disciplinas comuns a todo e qualquer aluno da Universidade Estadual de Goiás e Núcleo Modalidade, que abrange disciplinas que todos os alunos dos cursos da modalidade das licenciaturas da UEG devem cursar. E as demais Instituições investigadas dividem suas disciplinas em obrigatórias e Optativas, assim, consideramos relevante a informação da natureza das disciplinas para o entendimento de que a educação especial é discutida nos cursos de Licenciatura da área de Ciências da Natureza.

visando à inclusão dos alunos surdos, e dispõe sobre: a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para alunos surdos, e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A Resolução CNE/CP nº 1 de 2015, no Artigo 3º, § 6, também destaca a disciplina Libras na formação de professores, afirmando que deve ocorrer a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais para a formação dos professores e a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais. Pereira e Guimarães (2019), ao investigarem a respeito da discussão sobre a Educação Especial em cursos de Pedagogia, observaram que a Libras é a principal disciplina voltada para a abordagem sobre a temática com os futuros professores.

Também foi possível observar, por meio da análise das ementas da disciplina Libras dos cursos pesquisados, que a carga horária varia de 34 horas a 64 horas, o que nos permite concluir que fica a critério do curso determinar qual deve ser a carga horária destinada à disciplina.

Acreditamos que mesmo com uma carga horária de 64 horas, essa não seja suficiente para o aprendizado de uma língua, com especificidades como a Libras, sendo ainda necessário que o futuro professor tenha o contato com os alunos surdos, por meio de uma disciplina prática, permitindo que ele possa vivenciar uma aula de Ciências Biológicas, Física ou Química com os alunos surdos. A esse respeito, Martins (2008, p. 195) salienta que não se pode tornar “superficial o ensino da língua de sinais, tomando uma única disciplina semestral, como manual de inclusão dos surdos na escola e na sociedade”.

A fala dos licenciandos pesquisados corrobora com a afirmação de Martins de que a disciplina é superficial, pois, quando indagados se essa disciplina os preparou para trabalhar com alunos surdos, eles responderam:

Excerto 1 - Não, não. Eu não daria conta não (...), acho que para trabalhar com alunos surdos a gente tinha que ter uma preparação melhor, vai muito além de uma matéria em que você aprende só o básico, vamos dizer assim. L2/ Licenciando do curso de ciências biológicas

O excerto evidencia que os licenciandos veem a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a Libras para atuarem com alunos surdos e que a disciplina cursada por eles oferecia apenas noções. Com relação ao profissional que ministra a disciplina nos cursos pesquisados, averiguamos que é um professor formado em Letras/Libras ou em Letras/Português-Inglês com especialização em Libras ou em Pedagogia com especialização em Libras, ou seja, o docente que ministra a disciplina possui formação na área.

Na entrevista os licenciandos foram questionados sobre como veem a obrigatoriedade da disciplina de Libras e todos os participantes afirmaram reconhecerem sim a importância da obrigatoriedade dessa disciplina, pois acreditam que em algum momento o professor vai ter contato com esses alunos e é muito importante que o docente tenha formação voltada para essa área:

Excerto 2 - Ah, é importante, mesmo sendo pequena a carga horária, é importante porque as chances da gente ter contato com esses alunos é muito grande em nossa futura sala de aula. Então precisa dessa formação. L4/Licenciando do curso de física.

Excerto 3 - É importante, se não me engano tem uma legislação é de 2004 ou 2006 alguma coisa assim, é não lembro a data dessa resolução, mas é importante porque até 2000 não se falava muito nessa formação, mas tem que incluir o aluno né, tem que discutir, principalmente, o pessoal da licenciatura, porque o professor vai lidar com aquilo. L6/Licenciando do curso de química.

Com relação à obrigatoriedade da disciplina, todos os licenciandos afirmam que a Libras é importante para a sua formação inicial, pois acreditam que ao chegarem em sala de aula poderão encontrar alunos surdos, como apresentado no excerto 2. Observamos também pelos excertos que alguns desses participantes conhecem a legislação que garante a obrigatoriedade da disciplina e que o aluno surdo se faz presente na sala regular. E, dessa forma, os futuros professores enxergam que devem ser preparados para lidarem com esses alunos de forma a garantir a sua aprendizagem, independentemente de suas especificidades.

Portanto, a obrigatoriedade da disciplina Libras nos cursos de licenciatura se mostra como um avanço educacional na discussão sobre a educação especial na formação de professores, pois até a promulgação do decreto que rege essa obrigatoriedade não havia nenhuma discussão sobre a temática. Mas, acreditamos que essa reflexão deve ir além da Libras, é preciso que os futuros professores conheçam todo o público alvo da educação especial.

Com relação a isso, Silva (2013) afirma que foi um avanço a obrigatoriedade da Libras nas licenciaturas, porém, o modo como ela vem sendo instituída não garante a formação do professor da educação básica e nem do professor do Atendimento Educacional Especializado, visto que não se trata apenas de formar o licenciado para o ensino da Libras, mas também de disseminar a Libras e a própria cultura surda. Entendemos que, a despeito de toda a problemática envolvida no ensino dessa disciplina na graduação, e considerando que devido às demandas da formação não haveria possibilidade de o curso propiciar ao licenciando o domínio de uma língua e ao mesmo tempo seu ensino, ela tem contribuído para “levantar” a discussão sobre a educação dos alunos público alvo da educação especial (QUINTANILHA; TARTUCI; SILVA, 2013).

Assim, observamos a necessidade de que os licenciandos participem de mais disciplinas que se foquem na temática da Educação Especial, de forma a se prepararem para ministrar aulas aos alunos PAEE.

Além da disciplina Libras, evidenciamos apenas outras três disciplinas específicas que abordam a Educação Especial, são elas: “Educação para a Diversidade” é oferecida pelo curso de Ciências Biológicas da UEG; é uma disciplina de núcleo específico, com 60 horas, ofertada aos licenciandos no 4º período. Possui como pré-requisito “Diversidade, Cidadania e Direitos”, uma disciplina de núcleo comum, com carga horária de 60 horas, ofertada no 2º período, que proporciona ao licenciandos a discussão sobre a diversidade:

Questões de cultura, gênero, etnia, raça e desigualdades sociais. Noções sobre formação da cultura brasileira. Relações étnico-raciais. Respeito e valorização das diferenças culturais, sociais e individuais. Cidadania: concepções, garantias e práticas. Estado Democrático de direito, democracia, movimentos sociais e cidadania. Constitucionalismo e Direitos: concepções, violações, promoção, defesa e garantias. Evolução do conceito: dos direitos de liberdade ao direito planetário e à sustentabilidade socioambiental (PPC/CIÊNCIAS BIOLÓGICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, 2015, p. 16).

Ao analisarmos a ementa da disciplina, observamos que ela garante a discussão sobre a inclusão de forma geral. Reconhecemos a relevância da disciplina na formação uma vez que a mesma permite que o licenciando reconheça a heterogeneidade da sala de aula de forma a incluir esse conhecimento no planejamento de suas aulas, considerando a especificidade da turma. Mas, ponderamos que essa discussão precisa ir além da conscientização dos licenciandos, é preciso refletir sobre as especificidades dos alunos para que os professores possam assim garantir o processo de ensino e aprendizagem.

De Vitta, De Vitta e Monteiro (2010) ressaltam que é preciso uma reformulação na prática pedagógica para que a formação inicial dos professores possa contemplar conteúdos suficientes, a fim de que se tenha equidade no atendimento de toda e qualquer criança na escola regular.

Os outros cursos que apresentam disciplinas específicas voltadas para a discussão sobre a Educação Especial são: Química da UFCAT e do IFGoiano, respectivamente, com as disciplinas “Educação Inclusiva”, de núcleo obrigatório, com 64 horas, sendo ofertada no 8º período, e “Educação para a inclusão, diversidade e cidadania”, optativa, com 34 horas, e podendo ser cursada em qualquer período, de acordo com sua oferta.

O curso de Química do IFGoiano ainda possui um tópico que discute a Educação Especial na disciplina “Oficina de Prática pedagógica de Química Orgânica”, que é obrigatória,

com 68 horas, e cursada no 7º período. As ementas dessas disciplinas são apresentadas no Quadro 2.

QUADRO 2 – Ementas das disciplinas que abordam o tema Educação Especial

| Instituição Curso | Disciplina | Ementa |
|------------------------------|---|---|
| UEG - Ciências Biológicas | Educação para a Diversidade | Reflexões sobre a relação entre educação, identidade e diversidade. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades. A diversidade como constituinte da condição humana. Política nacional de atenção educacional às pessoas com necessidades especiais, minorias e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade, Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos. Contextualização curricular. Formação cidadã. Articulação entre a educação especial e a educação para o mundo do trabalho. A garantia das condições de acessibilidade para plena participação e aprendizagem das pessoas com deficiência à formação profissional. Desenvolvimento de ferramentas didáticas para educação inclusiva, como aulas práticas, preparação de coleções didáticas. |
| UFCAT- Química | Educação Inclusiva | Educação e inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais/público alvo da educação especial: concepções, história e diretrizes políticas. As ações e programas de educação especial e inclusão. Educação especial, práticas pedagógicas e a atuação do professor regente e especializado na escola e em outros contextos educativos e as demandas de formação e de recursos especiais, tecnologia assistiva. |
| IFGoiano- Química | Oficina de Prática pedagógica de Química Orgânica | Prática Pedagógica de Química Orgânica. Leitura, análise e discussão de artigos científicos e livros-texto relacionados à prática docente, ao ensino de química, ao ensino de química orgânica e ao ensino de química orgânica para alunos com necessidades especiais. Discussão sobre a comunicação em público com ênfase na prática docente. Produção de material didático relacionados ao ensino de Química Orgânica. Seminários que simulem aulas de Química Orgânica para alunos do ensino médio. |
| | Educação para a inclusão, diversidade e cidadania | Abordagem da educação na diversidade com o reconhecimento das diversas populações e temáticas a serem tratadas. Conceitos sobre as diversas populações e temáticas da diversidade. Processos e metodologias de introdução desses |

| | | |
|--|--|--|
| | | conceitos na educação básica. Discussões sobre práticas pedagógicas inclusivas na escola. Seminários e palestras sobre os temas da Educação para a Diversidade e Cidadania. |
|--|--|--|

Fonte: [o autor, 2023]. Obs. Grifos nossos

Ao analisarmos as ementas das disciplinas identificamos que duas discutem a inclusão e em alguns momentos abordam as especificidades dos alunos PAEE. E uma tem o objetivo de discutir apenas a Educação Especial.

Na disciplina “Educação para a Diversidade”, verificamos que a temática é abordada quando a mesma apresenta as questões políticas e a articulação entre a Educação Especial e o mundo do trabalho. Destacamos a importância de se refletir com os licenciandos sobre o processo de conquista do direito dos alunos público alvo da educação especial ao acesso à educação, mas a formação do professor deve ir além da discussão política, deve prepará-lo para desenvolver a aprendizagem dos alunos.

Corroborando, Paula, Guimarães e Silva (2017) afirmam que, no caso da formação de professores para a Educação Especial, esses devem ser preparados para incluir os alunos, independente das necessidades que apresentem, o que envolve, de modo geral: conhecer sobre a deficiência do aluno; saber realizar a flexibilização curricular; saber avaliar, conhecer os aspectos políticos e históricos da Educação Especial; e saber trabalhar em equipe.

O professor deve conhecer os processos de desenvolvimento, a aprendizagem e o ensino dos alunos com deficiência, compreendendo esses indivíduos como seres sociais que, por meio da mediação, são capazes de acionar mecanismos compensatórios e assim potencializar a sua aprendizagem (VIGOTSKI, 1997). Acreditamos que isso ocorre quando a ementa da disciplina destaca desenvolvimento de aulas, ferramentas didáticas e coletâneas. A partir do exposto na ementa, foi possível levantar indícios de que os licenciandos conhecem teoricamente possibilidades de atividades a serem desenvolvidas com os alunos, mas é importante que eles vivenciem a prática com os alunos PAEE.

A disciplina “Educação para a inclusão, diversidade e cidadania” também apresenta uma ementa voltada para a inclusão, e a abordagem sobre o público alvo da educação especial está presente nessas discussões. Observamos em sua ementa que a disciplina se propõe a refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas, o que nos leva a reforçar a necessidade de que os licenciandos tenham o contato com os alunos público alvo da educação especial na sala de aula.

Concordamos com Adams (2018; 2020a) quando ela afirma que a formação inicial de professores deve proporcionar momentos de vivência com os alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação por meio da disciplina de estágio, por exemplo, pois essa vivência facilitará ao futuro professor reconhecer que esses alunos são capazes de aprender, estimulando nele o interesse por desenvolver práticas pedagógicas inclusivas. Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 538) também sugerem que os “cursos ofereçam mais oportunidades de práticas com crianças com deficiência, como estágios em salas inclusivas e vivência com essas pessoas, para que a experiência e a discussão possam inclusive promover uma visão de fato inclusiva”.

Ainda com relação a essa disciplina evidenciamos que a mesma é de caráter optativo. Com relação a esse tipo de disciplina, os discentes podem escolher a que será cursada considerando seus interesses pessoais, afinidade com a ementa, bem como as condições de oferta das disciplinas no período vigente.

Desta forma, problematizamos a frequência com que tais disciplinas são ofertadas, pois o IFGoiano - Química oferece 20 opções de disciplinas optativas, sendo apenas três para a área do ensino e as demais de áreas específicas como: Biotecnologia, Química Inorgânica, Química Quântica, Química dos alimentos, entre outras, o que valoriza a formação bacharel do licenciando, ao passo que a formação para a docência é secundarizada.

Verificamos que os participantes da pesquisa são alunos que estão sempre com a matriz curricular completa por disciplinas de outros períodos, portanto, no momento em que a disciplina “Educação para a inclusão, diversidade e cidadania” é ofertada o discente pode não ter disponibilidade para cursá-la, ou, como observado no relato de L15, licenciando do IFGoiano, que vai cursar a referida disciplina por ser a que se encaixa no seu horário:

Excerto 4 – Estou cursando a disciplina “Educação para a inclusão, diversidade e cidadania”, porque foi a que encaixava no meu horário. Não foi “nossa eu vou fazer essa disciplina porque deve ser um tema interessante”, foi a que encaixava no meu horário. É uma dificuldade muito grande encontrar disciplina e horário. Aí, foi a que deu. L15/ Licenciando do curso de química.

A presença de uma disciplina optativa que aborde a Educação Especial na matriz curricular de um curso de formação de professores pode significar que muitos alunos não tiveram e não terão contato com essa discussão, o que não é compatível com o alto número de matrículas de alunos público alvo da educação especial na sala de aula regular (ADAMS, 2018). E destacamos que se o professor não tiver esse contato com a temática sobre a Educação Especial em sua formação não terá conhecimento sobre as formas de desenvolvimento desse aluno e não será estimulado a desenvolver práticas que contribuam com o desenvolvimento das potencialidades individuais do mesmo (LURIA, 2006).

Outra disciplina analisada foi “Oficina de Prática Pedagógica de Química Orgânica”, que apresenta um tópico voltado para a reflexão sobre a temática em sua ementa. Ela propõe a leitura, a análise e a discussão de artigos científicos e livros-texto relacionados à prática docente, ao ensino de química, ao ensino de química orgânica e ao ensino de química orgânica para alunos com necessidades especiais.

A proposta desse tópico se mostra bastante relevante para a formação inicial dos licenciandos, pois permite que eles analisem artigos científicos que discutem a prática pedagógica voltada para a inclusão dos alunos público alvo da educação especial nas aulas de química orgânica. Vemos que essa é uma forma de promover o contato dos futuros professores com experiências com esse público que deram certo, permitindo que observem que é possível promover o aprendizado desses alunos.

Conforme discutido por Vigotski (1997, p. 128), a criança com deficiência é antes de tudo uma criança e somente depois uma criança deficiente. Logo, “não se deve perceber na criança com deficiência apenas o defeito, os gramas de doença, não se notando os quilogramas de saúde que a criança possui.” Então, conhecer experiências exitosas permite que o licenciando olhe o aluno público alvo da educação especial para além da sua deficiência.

A disciplina “Educação Inclusiva”, ofertada pelo curso de Química da UFCAT, apresenta uma ementa toda voltada para a discussão sobre a Educação Especial. Aborda concepções, história e diretrizes políticas, bem como práticas pedagógicas e atuação do professor regente e especializado, discussão sobre recursos didáticos e Tecnologia Assistiva, além de apresentar uma bibliografia com autores consagrados na área da Educação Especial, como Caiado, Mendes, Lodi e Pletsch.

Essa bibliografia permite refletir sobre temas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor de apoio, os serviços de apoio, o letramento e o bilinguismo para alunos surdos, o deficiente visual, etc. Questionamos aos licenciandos do curso com relação à vivência da disciplina, e L19, licenciando da UFCAT, relatou que:

Excerto 5 - [...] na disciplina a gente trabalhou com textos, autores, com a declaração de Salamanca também fizemos visitas em dois lugares. [...] Não tivemos contato com o aluno, mas simulamos um plano de aula que envolvia toda essa parte que a gente já tinha aprendido. L19/Licenciando da Química

No relato de L19 podemos observar que eles visitaram dois lugares, quais sejam, uma escola que possui alunos público alvo da educação especial e uma escola da cidade que faz atendimento especializado a esses alunos. Consideramos tal ação de grande relevância, mesmo

o licenciando citando que não tiveram o contato com os alunos, pois as visitas permitiram que minimamente pudessem observar a realidade escolar com a presença dos alunos PAEE.

O licenciando ainda cita o desenvolvimento de um plano de aula voltado para a inclusão desses alunos, o que permite planejar ações voltadas para o aprendizado do aluno. Castanho e Freitas (2005, p. 1) afirmam que “a universidade é um lugar onde os valores e práticas de educação inclusiva precisam ser vivenciados”, assim, acreditamos que planejar aulas inclusivas é fundamental para a formação dos professores, mas destacamos que além do planejamento é necessária a execução das mesmas.

Pereira e Guimarães (2019) apresentam a ideia de que a Universidade tem como missão social promover a formação docente, inicial e contínua, visto que congrega o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma a propiciar o intercâmbio entre o curso de Licenciatura e as escolas e a possibilitar ao egresso compreender a realidade na qual fará sua intervenção. Portanto, a Universidade deve favorecer que os futuros professores conheçam a realidade de sua atuação.

L16, licenciando da UFCAT, também apresenta um episódio em que o professor formador os coloca em situação de simulação de uma aula voltada para os alunos PAEE:

Excerto 6 – [...] a professora colocou a gente na situação de um aluno com deficiência visual; ela vendou os nossos olhos para mostrar as dificuldades de se trabalhar com esse aluno. E uma vez desenvolvemos modelos atômicos para estes alunos, mas não colocamos em prática. L16/Licenciando da Química.

Valorizamos o intuito do professor da disciplina de querer levar os licenciandos a planejarem aulas que considerem a inclusão dos alunos público alvo da educação especial. Mas, novamente acentuamos que a formação deve ir além da simulação, é preciso que os futuros professores vivenciem a experiência de estarem em sala de aula com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e/ou superdotação por meio do estágio, por exemplo, como já apresentado pelos autores Adams (2018; 2020b) e Tavares, Santos e Freitas (2016).

Por meio das análises aqui apresentadas, identificamos que dos nove cursos investigados apenas três possuem disciplinas voltadas para a discussão sobre a Educação Especial para além da disciplina Libras. O que também foi observado por Bueno (2002) em uma pesquisa realizada em diversas Universidades Brasileiras, que demonstrou que 45% dos cursos de formação de professores não possuíam disciplinas que abordassem a temática Educação Especial.

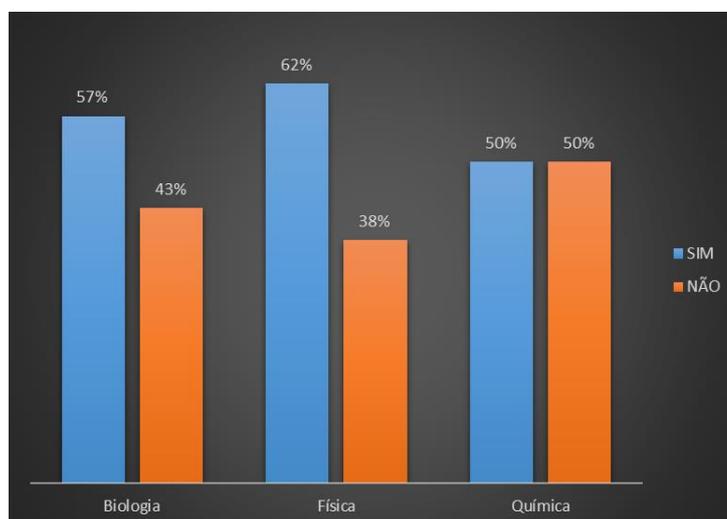
Pereira e Guimarães (2019), ao analisarem os PPC de cursos de Pedagogia oferecidos pelas Universidades Federais do estado de Minas Gerais, observaram que todas as instituições

investigadas possuem a Libras como disciplina obrigatória, e em algumas delas esse é o único componente obrigatório do currículo, que oferece também componentes optativos. Os autores destacam que uma das justificativas normalmente utilizadas para a existência de apenas uma disciplina relacionada à Educação Especial é que o conteúdo pode ser trabalhado de forma transversal, em conjunto com outras disciplinas (FONSECA-JANES; OMOTE, 2013).

Diante disso, evidenciamos que é preciso uma intervenção política para garantir a discussão sobre a educação especial em disciplinas nos cursos de formação de professores, é necessário que se crie um decreto que garanta a obrigatoriedade da inserção nas grades curriculares de disciplinas que promovam essa reflexão (ADAMS, 2020b).

Além das disciplinas específicas que discutam a Educação Especial, como citado por Tavares, Santos e Freitas (2016), é preciso que a temática seja abordada de forma transversal em várias outras disciplinas dos cursos de formação. Por meio da análise dos PPC dos cursos não identificamos a discussão sobre a temática em outras disciplinas, dessa forma, questionamos aos licenciandos se essa reflexão ocorreu em disciplinas específicas da área de Ciências Biológicas, Física e Química ou nas demais disciplinas de cunho pedagógico, como Didática, por exemplo. Os dados são apresentados no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 – Demais disciplinas do núcleo pedagógico que discutem a Educação Especial



Fonte: [o autor, 2023].

A maioria dos licenciandos afirmou que houve a discussão sobre a Educação Especial nas demais disciplinas do núcleo pedagógico oferecidas pelo curso. Eles citaram que essa discussão é realizada em disciplinas como: práticas do ensino de física II; políticas educacionais; psicologia da educação ou psicologia do desenvolvimento; didática, e destacamos

um licenciando do curso de Ciências Biológicas que afirmou no questionário que a discussão ocorre na disciplina de genética, acreditamos que isso pode estar relacionado com a mutação do cromossomo 21, causador da Síndrome de Down. Alguns licenciandos afirmaram que essa reflexão acontece quando o professor que ministra a disciplina tem formação na área:

Excerto 7 - Às vezes, depende do professor, como a gente tem uma professora que tem formação na área então em todas as disciplinas que ela ministra ela tenta incluir a discussão[...] ela busca falar das necessidades desse aluno. L18/Licenciando da Química

Excerto 8 – Em didática, a professora discutiu esse tema de forma bem rápida, com algum texto, algumas atividades específicas e uma aula, montei uma aula para alunos surdos [...] a gente trabalhou o conteúdo com um vídeo, não tinham conhecimento sobre Libras, então a gente levou um vídeo pronto em que o professor explicava o conteúdo, a gente tentou trabalhar mais com a questão do visual. L7/Licenciando da Física

Excerto 9 - Só mesmos na disciplina de psicologia que a professora teve uma abordagem breve sobre deficiência. L4/Licenciando da Ciências Biológicas

A afirmação de L18, licenciando da UFCAT, leva-nos a problematizar a falta de formação dos professores formadores frente à Educação Especial, sendo então esse um ponto de destaque para a não ocorrência da abordagem sobre a temática de forma mais efetiva nos cursos de formação de professores. Conforme Vitaliano (2007), a formação acadêmica dos professores universitários deve ser pensada de modo a contribuir para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva e comprometida ética e politicamente dentro das exigências do contexto atual. Assim, a eles também deve ser garantida a discussão sobre a Educação Especial.

Castanho e Freitas (2005) defendem que o professor formador precisa receber formação sobre educação especial e afirmam que o educador, neste contexto universitário, também precisa de capacitação, de uma preparação que garanta o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários a uma ação segura diante dessa temática.

Os resultados da presente pesquisa nos permitem observar que ainda é pouca a discussão sobre a Educação Especial nos cursos da área de Ciências da Natureza no Estado de Goiás, sendo necessário, portanto, que essa seja ampliada de forma a garantir aos futuros professores a superação da visão de senso comum de que os alunos público alvo da educação especial não aprendem e que possam desenvolver práticas inclusivas na sua atuação.

Conclusões ou considerações finais

Pensar a formação de professores é de suma importância para garantir uma educação de qualidade e que abarque todo o público atendido pela instituição. Dessa forma, acreditamos que

o currículo da formação inicial deve abranger toda a heterogeneidade da sala de aula, em especial, o aluno público alvo da educação especial que tem sua presença aumentada a cada dia.

Portanto, entendemos que os dados apresentados no presente artigo contribuem com a área da Educação Especial ao reforçarem a necessidade da inserção na formação inicial de professores, principalmente de professores da área de Ciências da Natureza, de disciplinas específicas que abordem a Educação Especial, focando na discussão das especificidades dos alunos público alvo da educação especial de forma a preparar o professor para desenvolver práticas que promovam o aprendizado dos mesmos. Além disso, é preciso promover a reflexão de forma transversal nas demais disciplinas do curso, bem como o contato dos licenciandos com o aluno público alvo da educação especial por meio do estágio.

Os dados analisados também implicam na necessidade de uma reformulação no Decreto nº 5.626, que garante a obrigatoriedade da disciplina Libras nos cursos de formação de professores, com relação à carga horária da mesma, uma vez que alguns cursos dão menor importância à necessidade da presença dessa disciplina na formação de professores, delegando-lhe uma carga horária menor e ficando a cargo do licenciando buscar mais conhecimentos em uma formação continuada acerca da Libras.

Mas, temos noção de que apenas essas iniciativas não irão atender a todas as necessidades formativas dos professores em uma perspectiva inclusiva, todavia, constituir-se-ão como um espaço de discussões e ampliarão o debate nas licenciaturas e na universidade como um todo. Destacamos que a formação sobre a Educação Especial não deve se restringir à formação inicial, uma vez que o professor deve vivenciar uma formação continuada ou formação em serviço sobre o tema como forma de se qualificar.

Referências bibliográficas

ADAMS, F. W. Docência, Formação de Professores e Educação Especial nos Cursos de Ciências da Natureza. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial e Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2018.

ADAMS, F. W. A percepção de professores de ciências frente aos desafios no processo de ensino e aprendizagem de alunos público alvo da educação especial. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 1-23, set./dez. 2020a.

ADAMS, F. W. A discussão da educação especial nas disciplinas de núcleos pedagógicos nos cursos de ciências da natureza. **Revista Cocar**. V.14 N.30 Set/Dez. p. 1-16, 2020b.

BAPTISTONE, G. P.; NETO, I. A. M.; TOYAMA, K. S. F.; PRAIS, F. L. S. A Inclusão Do aluno cego na educação superior: percepções de professores de um curso de licenciatura em Química. **ACTIO**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 98-121, jan./jul. 2017.

BENITE, A. M. C.; PEREIRA, L.L.S.; BENITE, C. R.M.; PROCÓPIO, M.V.R. Formação de professores de ciências em rede social: uma perspectiva dialógica na Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v.9, n.3, 2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 1 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96**. Brasília, 2019.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3. Nº.5, 7-25, 2002.

CARVALHO-FREITAS, M. N. et al. Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n.1, p.211-220, 2015.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, 2005. Disponível em: <[http:// www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2006/01/a6.htm](http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2006/01/a6.htm)>. Acesso em: 06 de junho 2020.

DE VITTA, F. C. F. D.; DE VITTA, A. D; MONTEIRO, A. S. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.3, p.415-428, 2010.

FERREIRA, W. B. Inclusão X exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. **In: RODRIGUES, D. (Org.) Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. p. 212 – 238.

FONSECA-JANES, C. R. X.; OMOTE, S. Os cursos de Pedagogia na Universidade Estadual Paulista a educação inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**,19(3), 325-342, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000300003>

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. **Fundamentos métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LÚRIA, A. R. Vigotski. In: VIGOTSKI, L. S.; LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006. p. 21-37

MARTINS, H. H, T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, V. R. O. Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior. **Cadernos do CEOM - Memória, História e Educação**, Chapecó, ano 21, n. 28, 2008.

MORAES, R.; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2007.

PAULA, T. E.; GUIMARÃES, O. M.; SILVA, C. Silveira da. Necessidades Formativas de Professores de Química para a Inclusão de Alunos com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, 17(3), 853–881. Dezembro 2017.

PEREIRA, C. A. R. A educação especial na formação de professores: um estudo sobre os Cursos de Pedagogia das Universidades Federais do Estado de Minas. A discussão da educação especial nas disciplinas de núcleo pedagógicos nos cursos de ciências da natureza Gerais. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade de Uberaba, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, 2019.

PEREIRA, C. A. R.; GUIMARÃES, S. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.571-586, Out.-Dez., 2019.

QUINTANILHA, I. A; TARTUCI, D; SILVA M. R. Os Cursos de Licenciatura e a Formação para a Inclusão Escolar. In: XIII Simpósio de Leitura – Leitura na Escola: entre políticas e Práticas. I Fórum de Leitura da Microrregião de Catalão-Goiás. **Anais [...]** Catalão, GO: UFG, Câmpus Catalão, 2013

ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Revista brasileira de educação especial**, Marília, v.20, n.3, p.341-356, 2014.

SAMPAIO, L. T. S.; ABREU, F. S. D. A inclusão escolar da pessoa com deficiência: um paradigma em construção em diálogo com L. S. Vigotski. *Revista Com Censo*, v. 7, nº 4, 2020.

SILVA, J. C. A apropriação da psicologia histórico-cultural na educação infantil brasileira: análise de teses e documentos oficiais no período de 2000 a 2009. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2013.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997. v. 5.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, p.399-414, 2007.